

CHAMADA PÚBLICA IPEA/PROEV Nº 001/2013 - SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA APOIO A EVENTOS CIENTÍFICOS

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que desenvolve pesquisas e fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e avaliação de políticas e programas de desenvolvimento, **CONVIDA** os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos para seleção pública para apoio a eventos científicos, no âmbito do Programa de Apoio a Eventos Técnico-Científicos – PROEV.

1. OBJETIVO

A presente Chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa, mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos relacionados ao objeto abaixo indicado, em conformidade com as condições estabelecidas no regulamento desta Chamada e a Portaria IPEA nº 340, de 12/08/2010.

2. OBJETO

Apoiar a realização de congressos, simpósios, workshops, seminários, ciclos de conferências e outros eventos similares, visando o intercâmbio científico e divulgação para difusão do conhecimento, em especial nos temas descritos no Anexo II desta Chamada, que venham a ocorrer no período de maio de 2013 a abril de 2014.

3. JUSTIFICATIVA

Disseminar informações, conhecimentos, estudos, pesquisas e opiniões a respeito de temas sociais e econômicos e ampliar o debate acerca de alternativas de políticas públicas, por meio de apoio a eventos que busquem a discussão de alternativas para o desenvolvimento do país e enfrentamento das transformações em curso no mundo.

4. PÚBLICO ALVO

Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos existentes no país, inclusive aquelas representativas de pesquisadores, de reconhecido interesse público, que desenvolvam atividades de planejamento, pesquisa sócio-econômica e ambiental e/ou que gerenciem estatísticas e/ou que disseminem e fomentem o debate nacional sobre temas correlatos a proposta da Chamada Pública.

5. REQUISITOS PARA APOIO AO EVENTO

5.1 - Para o exame da proposta é imprescindível que o evento:

- a) Esteja alinhado com a missão institucional do Ipea, ou seja, ajude a “produzir, articular e disseminar conhecimento **para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro**”;

- b) Permita, viabilize ou incentive a discussão dos temas prioritários no plano de trabalho do Ipea, conforme relação do anexo II;
- c) Disponha de financiamento de outras fontes;
- d) Gere publicação, eletrônica ou impressa, de artigos científicos;
- e) Seja organizado por instituição, associação ou sociedade científica que satisfaça os critérios descritos, nesta chamada; e
- f) Ajude a articular redes de divulgação, debate e/ou pesquisa

6. APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

6.1 - As propostas devem ser apresentadas pelo coordenador do evento, que deverá ter a anuência da instituição de vinculação, conforme item **2.2** do regulamento desta chamada, sob a forma de projeto e encaminhadas ao IPEA exclusivamente via Internet, por intermédio do **Formulário de Solicitação de Apoio a Evento *On-line***, disponível no endereço eletrônico www.ipea.gov.br.

6.2 - As propostas devem ser enviadas ao IPEA, até às 18h (dezoito horas), horário de Brasília, da data limite de submissão das propostas, descrita no subitem 1.3 do Regulamento. No entanto, o sistema eletrônico (servidor de rede) receberá propostas com tolerância até às 18h (dezoito horas) do dia útil posterior à data de submissão das propostas, horário de Brasília. O proponente receberá por email, imediatamente após o cadastro da instituição, um *link* que deverá ser utilizado para acesso a proposta online.

6.3 – As propostas devem ser apresentadas em conformidade com o descrito no item **2 - Critérios de Elegibilidade** – do regulamento, contendo rigorosamente todos os itens previstos nesta Chamada. A proposta deverá ser gerada por meio do preenchimento do Formulário de Solicitação de Apoio a Evento *On-line*, anexando currículo resumido dos membros da comissão organizadora, dos convidados/palestrantes, carta de anuência, programação do evento e outros documentos. Serão acatados os formatos “doc”, “pdf”, “rtf”, “xls”, “xlsx”, “txt”, “csv” e “odt” limitando-se a 15 arquivos de no máximo 02Mb (dois megabyte) cada um. Recomenda-se evitar o uso de figuras, gráficos etc, que comprometam a capacidade do arquivo, pois propostas que excedam o limite de 02 Mb não serão recebidas pelo guichê eletrônico do IPEA.

6.3.1 – O limite imposto no item anterior é válido também para os demais anexos, inclusive, no tocante a programação do evento.

6.4 – Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final de recebimento estabelecido no subitem **1.3 do Regulamento**. Assim, recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o IPEA não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos.

6.5 – Caso a proposta seja remetida fora do prazo de submissão, ela não será aceita pelo sistema eletrônico. Por este motivo não haverá possibilidade de a proposta ser acolhida, examinada e julgada.

6.6 – Será aceita uma única proposta por evento. Na hipótese de envio de uma segunda proposta pelo mesmo proponente, respeitando-se o prazo limite estipulado para submissão das

propostas, esta será considerada substituta da anterior, sendo levada em conta para análise apenas a última proposta recebida.

6.7 – Caso haja divergência entre informações do Formulário de Solicitação de Apoio a Evento *On-line* e dos arquivos anexados, prevalecerá os dados do primeiro.

6.8 - Constatando-se projetos idênticos encaminhados por diferentes proponentes, todas as propostas envolvidas serão desclassificadas.

6.9 O Formulário de Proposta *Online* não permite a continuação do preenchimento a posteriori. Sendo assim, o preenchimento e envio deverá ser realizado em um único acesso. Após o envio da proposta, esta não poderá mais sofrer qualquer tipo de alteração em seu conteúdo.

7 – ADMISSÃO, ANÁLISE E JULGAMENTO

A seleção das propostas submetidas ao IPEA, em atendimento a esta Chamada, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

7.1 – Etapa I – Análise de Enquadramento

Esta etapa consiste na análise das propostas apresentadas quanto à sua adequação à presente Chamada Pública. Será verificado o atendimento aos critérios de elegibilidade constante no regulamento.

7.2 – Etapa II – Análise, Julgamento e Classificação pelo Comitê Julgador.

7.2.1 – As propostas serão avaliadas e classificadas nesta etapa, considerando a análise da etapa anterior, os **Critérios de Elegibilidade** estabelecidos no item 2 do regulamento, e os **Critérios para Julgamento** indicados no item 3 do regulamento.

7.2.2 – A pontuação final de cada projeto será aferida conforme estabelecido no **item 3 – Critérios para Julgamento** do regulamento.

7.2.3 – Após a análise de mérito e relevância de cada proposta e da adequação de seu orçamento, o Comitê Julgador, dentro dos limites orçamentários estipulados pelo IPEA, poderá recomendar:

- a) aprovação, com ou sem cortes orçamentários;
- b) aprovação, com ou sem sugestões de formato do evento; ou
- c) não aprovação.

7.2.4 – O parecer do Comitê Julgador sobre as propostas, dentro dos critérios estabelecidos, será registrado em Planilha Eletrônica, contendo a relação das propostas julgadas, recomendadas e não recomendadas, com as respectivas pontuações finais, em ordem decrescente, assim como outras informações e recomendações julgadas pertinentes. Para propostas recomendadas, serão definidos os valores a serem financiados pelo IPEA. Para propostas não recomendadas, constará na planilha as justificativas para a não recomendação.

7.2.5 – É vedado a qualquer membro do Comitê Julgador julgar propostas de projetos em que:

- a) esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau; ou

b) esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

7.3 – Etapa III – Aprovação pela Presidência do IPEA

Todas as propostas recomendadas pelo Comitê Julgador serão submetidas à apreciação da Presidência do IPEA, que emitirá a decisão final sobre sua aprovação, observados os limites orçamentários desta Chamada.

8 – RESULTADO DO JULGAMENTO

8.1 – A relação das propostas aprovadas, com recursos financeiros da presente Chamada, será divulgada na página eletrônica do IPEA, disponível na Internet no endereço www.ipea.gov.br e publicada no **Diário Oficial da União**, em conformidade com o item 1.3 do regulamento.

8.2 – Todos os proponentes da presente Chamada tomarão conhecimento do resultado sobre sua proposta por intermédio de correspondência eletrônica, preservada a identificação dos pareceristas.

9 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 – Caso o proponente queira interpor recurso ao resultado do julgamento das propostas, poderá apresentá-lo, por meio do e-mail apoioeventos@ipea.gov.br, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da publicação do resultado no Diário Oficial da União.

9.2 – O recurso deverá ser dirigido à Comissão Julgadora que, caso após o exame julgue pelo indeferimento, encaminhará para deliberação final da Presidência do IPEA.

9.3 – Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. O prazo só se inicia e vence em dias de expediente no IPEA.

10 – DA CONTRATAÇÃO DAS PROPOSTAS APROVADAS

10.1 – As propostas aprovadas serão contratadas na modalidade de Auxílio Financeiro a Pesquisador, por meio de Abertura de Contas Específica no Banco do Brasil ou Cartão Pesquisador, em nome do Coordenador/Proponente, mediante assinatura de Termo de Concessão de Auxílio à Pesquisador.

10.2 – A assinatura do Termo de Concessão ficará subordinada à anuência, mediante assinatura da instituição de execução do projeto, que deverá ser encaminhado em tempo hábil para a realização do Evento, conforme comunicação por ofício, sob pena de cancelamento da concessão.

10.3 – A existência de alguma inadimplência do proponente com a Administração Pública Federal, direta ou indireta, constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.

11 – CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional do IPEA, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja

gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

12 – PUBLICAÇÕES

12.1 – As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pela presente Chamada, deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do IPEA.

12.2 – As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, bem assim aquelas consignadas nas Instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - atualmente a IN/SECOM-PR nº 02, de 16 de dezembro de 2009.

12.3 - Toda a produção científica elaborada na execução dos eventos de que trata esta Portaria deverá ser posta à disposição do IPEA para disseminação.

13 – IMPUGNAÇÃO DA CHAMADA

13.1 – Decairá do direito de impugnar os termos desta Chamada o proponente que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Ademais, não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, em o tendo aceito sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

13.2 – A impugnação deverá ser dirigida à Presidência do IPEA, por correspondência eletrônica, para o endereço: apoioeventos@ipea.gov.br.

14 – REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA CHAMADA

A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Presidência do IPEA, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

15 – PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – Ao final da vigência, o proponente deverá apresentar a prestação de contas, em conformidade com o estabelecido no Termo de Concessão, no Manual de Auxílio a Pesquisador, demais normas do IPEA e legislação vigente.

16.2 – O projeto será avaliado em todas as suas fases, nos termos definidos no Termo de Concessão.

16.3 – O IPEA reserva-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de avaliação e acompanhamento.

16.4 – As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do IPEA serão de domínio público.

16.5 – Nos casos em que os resultados do projeto ou o relatório em si tenham valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

17 – CLÁUSULA DE RESERVA

O IPEA reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente Chamada.

Brasília, 31 de Maio de 2013.

MARCELO CORTES NERI

Presidente

REGULAMENTO

CHAMADA PÚBLICA IPEA/PROEV N ° 001/2013

O presente **REGULAMENTO** tem por finalidade definir as atividades a serem apoiadas financeiramente e as condições para implementação do apoio, mediante a seleção, por chamada, de propostas para execução de projetos, nos seguintes termos:

1 - DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

1.1 - DO OBJETO

Apoiar a realização de congressos, simpósios, workshops, seminários, ciclos de conferências e outros eventos similares, visando ao intercâmbio científico e divulgação para difusão do conhecimento, em especial nos temas prioritários descritos no Anexo II desta Chamada, que venham a ocorrer no período de maio de 2013 a abril de 2014.

1.2 - PROPONENTE

1.2.1 – Poderão apresentar propostas instituições existentes no país, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, inclusive aquelas representativas de pesquisadores, de reconhecido interesse público, que desenvolvam atividades de planejamento, pesquisa sócio-econômica e ambiental e/ou que gerenciem estatísticas.

1.2.1.1 – A instituição de vínculo, doravante denominada “Instituição de Execução do Projeto”, deverá ser constituída sob as leis brasileiras e ter sua sede e administração no Brasil.

1.2.2 – A proponente será, necessariamente, o pesquisador coordenador do projeto, vinculado à instituição, que atenda aos requisitos disposto no item 1.2.1.

1.2.3 – Ao apresentar a proposta, o proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, atualizando os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

1.3 - CRONOGRAMA

EVENTOS	DATAS
Início do envio das candidaturas	03 de junho de 2013
Data limite para submissão das candidaturas	18 de junho de 2013
Divulgação dos resultados no Diário Oficial da União e na página do IPEA na internet	A partir de 28 de junho de 2013
Início da contratação dos projetos	A partir de julho de 2013

1.4. RECURSOS FINANCEIROS

1.4.1 – A presente Chamada prevê a aplicação de recursos financeiros, não reembolsáveis, no valor global estimado de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), dentro da Ação 2217 – Coordenação Nacional da Pesquisa Econômica.

1.4.2 – O valor de cada apoio financeiro ficará limitado em até 10% (dez por cento) do valor total da presente chamada.

1.5. ITENS FINANCIÁVEIS

1.5.1 – Serão financiados itens referentes a custeio, que devem estar diretamente relacionados ao objeto e às atividades do projeto, compreendendo:

- a) passagens e diárias ou hospedagem;
- b) serviços de mídia impressa e eletrônica para confecção e publicação de anais, impressão de material gráfico ou eletrônico (“*folders*” e cartazes) para divulgação do evento e criação e manutenção de página do evento na internet;
- c) serviços gráficos e de editoração para publicação de livros que compilem ou tragam resultados do evento ou que sistematizem o conhecimento na área temática do evento;
- d) traslado de participantes do evento;
- e) locação de salas de conferência com respectiva infra-estrutura, aluguel de equipamentos áudio visuais, tais como projetores, sonorização, computador multimídia, além de serviços de tradução simultânea, recepcionista e secretaria;
- f) serviços de Gravação e Tradução (locação de empresa especializada para serviços de tradução simultânea, com locação de equipamentos individuais de audição e sonorização, e serviços de gravação de áudio); e
- g) Outros Serviços (contratação de empresa especializada na organização, cerimonial, divulgação de eventos; confecção de banners e faixas de divulgação; materiais de papelaria; *homepage* e pastas para participantes).

1.5.1.1 – Somente poderão ser custeadas despesas com diárias e passagens a servidor público, previstas na alínea “a” acima, desde que apresentada declaração pelo beneficiário que não recebeu o mesmo benefício de seu órgão de origem.

1.5.2 – São vedadas despesas:

- a) com contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual ou municipal);
- b) de rotina como: contas de luz, água, telefone, correios, reprografia e similares, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da Instituição de Execução;

- c) com crachás, certificados, alimentação, shows ou manifestações artísticas de qualquer natureza;
- d) com obras civis, entendidas como de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto e das colaboradoras;
- e) de capital;
- f) ornamentação e coquetel;
- g) com pagamento de taxas de administração ou gestão, a qualquer título;
- h) com concessão de qualquer modalidade de bolsa;
- i) despesas anteriores ou posteriores à vigência do Termo de Concessão dos recursos.

1.5.3 – As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente de execução do projeto, a título de contrapartida.

1.5.4 – Para contratação de serviços de terceiros, Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, deverá ser observada a legislação vigente. Qualquer pagamento a pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação, de forma a não estabelecer vínculo empregatício. Assim, a mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com o IPEA e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do coordenador/instituição de execução do projeto.

1.6 – CONTRAPARTIDAS

1.6.1 – Na proposta deverão constar as seguintes contrapartidas:

- a) isenção das taxas de inscrição, de submissão de artigos e outras inerentes ao evento, aos servidores, bolsistas ou colaboradores indicados pelo IPEA, em consonância com o valor solicitado, sujeito a aprovação do IPEA na concessão do apoio;
- b) disponibilização, ao Ipea, de estande com montagem básica e mobiliário;
- c) participação de servidores do IPEA na abertura, nas mesas redondas, nos painéis e palestras do evento apoiado;
- d) organização, pelo Ipea, de mesas, painéis e sessões durante o evento, para apresentação das atividades deste instituto; e

1.6.2 – Deverá constar, em todo material de divulgação do evento, o apoio do IPEA.

1.6.3 - Caso após a liberação do auxílio financeiro as contrapartidas não forem cumpridas, o evento ficará inelegível para o ano seguinte.

1.7 - PRAZO DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

As propostas a serem apoiadas pela presente Chamada deverão ter seu prazo de execução estabelecido em até 12 (doze) meses, compreendendo as fases de preparação,

divulgação, realização encerramento e divulgação dos resultados do Evento, podendo ser prorrogado mediante apresentação de justificativa.

2 - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios. O atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para o exame, análise e julgamento da proposta. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles resultará na desclassificação da proposta.

2.1 - Quanto ao Proponente e Equipe de Apoio:

2.1.1 - O proponente deve atender aos itens abaixo:

- a) ser, obrigatoriamente, o coordenador do projeto, com a devida indicação formal da instituição vinculada;
- b) se enquadrar ao estabelecido pelo subitem 1.2 deste Regulamento;

2.2. Quanto à Proposta

2.2.1 – Estar relacionada aos temas de desenvolvimento concernentes aos eixos temáticos do IPEA, conforme anexo IV;

2.2.2 – A proposta deve ser apresentada em conformidade com Anexo I – Modelo de Formulário de Solicitação de Apoio a Evento, de forma a constar as informações necessárias a sua adequada análise por parte do Comitê Julgador:

- a) identificação do evento e da entidade organizadora;
- b) consonância entre o evento e a missão institucional do Ipea, ou seja, “produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o desenvolvimento do planejamento brasileiro”;
- c) indicação sobre como o evento viabilizará ou incentivará a discussão dos temas prioritários no plano de trabalho do Ipea, conforme relação do Anexo II;
- d) proposta de contrapartida para o IPEA, nos termos do item 1.6.1;
- e) programação preliminar do evento;
- f) orçamento detalhado, com a discriminação dos gastos de Custeio;
- g) existência de financiamento de outras fontes;
- h) currículo resumido dos principais convidados/palestrantes.
- i) carta da instituição com a indicação do coordenador;
- j) currículo resumido dos organizadores do evento, com a indicação dos eventos já realizados;
- k) adequação aos temas prioritários (caso houver), por meio do formulário modelo do Anexo III, que deverá ser anexado ao formulário “on line”.

2.2.3 – Após a aprovação da proposta, as informações sobre a existência de financiamento de outras fontes deverão ser comprovadas para que o IPEA efetue a liberação do auxílio financeiro.

2.3 - QUANTO À INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO

2.3.1 - A instituição de execução do projeto deverá se enquadrar ao estabelecido pelos subitens 1.2.1 e 1.2.1.1 deste Regulamento;

3 - CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

São critérios para enquadramento das propostas quanto ao mérito técnico-científico e sua adequação orçamentária:

NOTA: (0) Insuficiente; (1 – 4) Fraco; (5 – 6) Regular; (7 – 8) Bom; (9-10) Excelente

PESO NOTA: (1 a 5)

Item	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PESO
A	Competência e experiência do comitê organizador do Evento.	3
B	Consonância entre o evento e a missão institucional do Ipea, ou seja, “produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro”.	5
C	Indicação sobre como o evento viabilizará ou incentivará a discussão dos temas prioritários no plano de trabalho do Ipea, conforme relação do Anexo II.	5
D	Adequação da proposta de contrapartida ao Ipea, nos termos do item 1.6.1 do regulamento.	5
E	Adequação e compatibilidade do orçamento aos objetivos, atividades e metas propostos.	3
F	Competência, experiência e pertinência dos palestrantes convidados nas discussões, com relação aos temas propostos em que se encontram inseridos.	3
G	Técnicas de divulgação dos trabalhos expostos previstos na programação do evento (painéis, trabalhos de alunos ou de pesquisadores, livros, revistas, etc.)	3

3.1 - Para estipulação das notas poderão ser utilizadas até uma casa decimal.

3.2 - A pontuação final de cada projeto será aferida pela média ponderada das notas atribuídas a cada item.

3.3 – O Comitê Julgador será designado pelo Presidente do IPEA.

3.4 – As propostas que obtiverem pontuação final inferior a 7 pontos serão consideradas não aprovadas para todos os fins.

3.5 – As propostas que obtiverem pontuação final igual ou superior a 7 pontos poderão ser aprovadas integralmente ou com ressalvas.

4 – DO TERMO DE CONCESSÃO

4.1 - Após a publicação dos resultados, será celebrado Termo de Concessão de Apoio Financeiro entre o IPEA e o coordenador do evento, com anuência da entidade promotora do evento, onde serão estabelecidas as seguintes obrigações:

4.1.1 - Coordenador do evento:

- a) Responsabilidade por todas as obrigações contratuais (decorrentes das despesas realizadas com apoio desta Chamada), permitindo que o IPEA a qualquer tempo, possa confirmar a veracidade das informações prestadas;
- b) Fornecimento das informações solicitadas pelo IPEA para o acompanhamento da proposta aprovada;
- c) Correta utilização dos recursos, obrigando-se a cumprir todas as condições estabelecidas nesta Chamada, no Termo de Concessão e demais atos normativos aplicáveis à matéria;
- d) Acompanhamento da execução da proposta, adotando todas as medidas necessárias ao seu fiel cumprimento;
- e) Apresentação de relatório técnico final e prestação de contas financeira nos prazos e critérios pactuados.

4.1.2 - Entidade promotora do evento:

- a) Acompanhamento da execução da proposta, adotando todas as medidas necessárias ao seu fiel cumprimento.

4.1.3 - IPEA:

- a) Liberação dos recursos ao Coordenador/Proponente de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do IPEA.

4.2 A existência de alguma inadimplência do proponente com a Administração Pública Federal, direta ou indireta, constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.

5 - AVALIAÇÃO FINAL/PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1 - O Coordenador do projeto deverá encaminhar Formulário específico, no prazo de até 30 (trinta) dias após o término da vigência do projeto, em conformidade com o Termo de Concessão de Auxílio à Pesquisador e demais normas e orientações do IPEA, contendo:

a) a prestação de contas financeira, com apresentação de comprovantes de despesas, em conformidade com as normas de Prestação de Contas do manual de Auxílio a Financeiro a Pesquisador - APES.

b) o relatório técnico final, com detalhamento de todas as atividades desenvolvidas na fase de organização e realização do evento e o registro de todas as ocorrências que afetaram o seu desenvolvimento.

5.2 - Ficará inelegível o evento que descumprir o disposto nesta Chamada e/ou não obtiver aprovação na prestação de contas do ano anterior.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DO CONTEÚDO DA CHAMADA E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE APOIO A EVENTO ON-LINE

Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada e sobre o preenchimento do Formulário de Solicitação de Apoio a Evento On-line poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico apoioeventos@ipea.gov.br e telefones 61 3315-5523/5219.

Anexos:

ANEXO I: MODELO DO FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE APOIO A EVENTO

ANEXO II: TEMAS DE INTERESSE PRIORITÁRIOS

ANEXO III: MODELO DE JUSTIFICATIVA PELO INTERESSE PELOS TEMAS PRIORITÁRIOS

ANEXO IV: EMENTAS DOS EIXOS TEMÁTICOS

ANEXO I: MODELO DO FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE APOIO A EVENTO

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE APOIO A EVENTO

1. Identificação do Evento:			
a) Nome do Evento:			
b) Nome da Entidade Organizadora (sem abreviatura) :			
c) CNPJ da Entidade:			
d) Período de Realização: Início: DD/MM/AAAA		Término: DD/MM/AAAA	
e) Local da realização: CIDADE/UF			
2. Presidente da Comissão Organizadora ou Responsável:			
a) Nome Completo:			
b) CPF:		c) RG nº:	Órgão Expedidor:
d) Sexo: () Masculino () Feminino		e) Data de nascimento:	
f) Local de nascimento:			
g) Nacionalidade: () Brasileira () Estrangeira. Indicar o país:			
Data de chegada ao Brasil:		Tipo de Visto:	
h) Endereço para correspondência:			
Bairro:			
Cidade:	UF:	País:	CEP:
Telefone:		Fax:	
Endereço eletrônico (1):		Endereço eletrônico (2):	
3. Dados da entidade organizadora:			
a) Missão:			
b) Objetivos:			
c) Data da criação:			
d) Histórico:			
e) Estrutura de funcionamento atual:			
f) Perfil dos associados:			
Caracterização			Número
Professores/Pesquisadores:			
Alunos de Graduação:			
Alunos de Pós-Graduação:			
Profissionais:			
Outros:			
Total:			

h) Perfil do Público Alvo:				
Caracterização	Indicar nº estimado de participantes			
	Do próprio estado	De outros estados	Do exterior	Total
Professores/Pesquisadores:				
Alunos de Graduação:				
Alunos de Pós-Graduação:				
Profissionais:				
Outros:				
Total:				
i) Abrangência quanto ao público alvo:				
<input type="checkbox"/> Local		<input type="checkbox"/> Regional		<input type="checkbox"/> Nacional
				<input type="checkbox"/> Internacional
5) Valor da inscrição no evento:				
Caracterização	Sócio (R\$)		Não Sócio (R\$)	
Professores/Pesquisadores:				
Alunos de Graduação:				
Alunos de Pós-Graduação:				
Profissionais/ Outros:				
6) Orçamento Global Previsto para o evento (Em R\$ mil):				
<i>Despesas</i>	<i>Executado 2012</i>		<i>Previsto 2013/2014</i>	
Material de consumo				
Diárias/Hospedagem				
Passagens Aéreas				
Serviços gráficos				
Serviços de transporte (traslado)				
Locação de salas e equipamentos				
Serviços de Gravação e tradução				
Outros.				
TOTAL				

Receitas	Executado 2012	Previsto 2013/2014
Inscrição		
Patrocínios		
Apoio de órgãos governamentais:		
CAPES		
CNPQ		
FINEP		
Fundações Regionais		
Outros		
Valor solicitado ao IPEA		
Total		
7) Anexos		
<i>Anexar a programação do evento.</i>		
<i>Anexar currículo resumido dos convidados/palestrantes.</i>		
<i>Anexar currículos resumidos dos membros da Comissão Organizadora</i>		
<i>Caso a proposta esteja relacionada a um dos temas prioritários, anexar justificativa da escolha (conforme modelo constante no anexo III)</i>		
<i>Carta de Anuência</i>		

ANEXO II: TEMAS PRIORITÁRIOS

Eixo temáticos	Temas de interesse prioritário
<p>1. Inserção internacional soberana</p>	<p>BRICS e seu entorno: Dinâmica econômica e política dos BRICS e relações com seus vizinhos; possibilidades de cooperação e papel dos países do BRICS nas instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial, OMC, Conselho de Segurança das Nações Unidas etc.) e na reconfiguração da ordem mundial (redução das assimetrias); fluxos de capitais (especialmente o investimento estrangeiro direto) e de comércio entre os países-membros do BRICS.</p> <p>Regulação do comércio global: Efeitos do Câmbio sobre os Instrumentos do Comércio Internacional e sobre o Desempenho da Indústria Brasileira; Acordos Preferenciais de Comércio; Análise da Regulação do Comércio Internacional e da Inserção Comercial dos BRICS.</p> <p>Estrutura socioeconômica e políticas para a integração da América do Sul: Conjuntura política e potenciais conflitos na América do Sul; Integração da infraestrutura sul-americana; Matriz energética sul-americana; Políticas sociais comparadas no Mercosul; Sistemas financeiros, financiamento do desenvolvimento e cooperação financeira na América do Sul.</p> <p>Múltiplas dimensões do padrão de desenvolvimento chinês: planejamento e política social; estrutura e estratégia industrial; energia e transporte; Estado e políticas macroeconômicas para o desenvolvimento; Integração produtiva com seu entorno na Ásia; investimentos chineses na África e na América Latina.</p> <p>Arquitetura financeira internacional: A crise do global shadow banking system, redesenho do sistema regulatório do mercado financeiro internacional e transformações no sistema monetário internacional.</p> <p>Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Estudos sobre a cooperação brasileira para o desenvolvimento, em especial a cooperação Sul-Sul; a cooperação internacional e a política externa brasileira.</p> <p>Crise internacional e seus desdobramentos estruturais: Estudos sobre as transformações estruturais na economia mundial após a crise de 2008; O declínio dos países desenvolvidos e o papel das economias emergentes na reorganização da economia global.</p> <p>O Papel da Defesa na Inserção Internacional Brasileira: Tecnologias militares e a indústria de defesa no Brasil; Gastos com defesa no Brasil e no mundo</p>
<p>2. Macroeconomia para o desenvolvimento</p>	<p>Mudanças recentes no padrão de desenvolvimento brasileiro: Impacto das políticas distributivas e das transformações da estrutura produtiva na trajetória de crescimento econômico brasileiro recente.</p> <p>Financiamento do Desenvolvimento: Papel do sistema bancário (público e privado) e do mercado de capitais brasileiros no financiamento do investimento privado e da infraestrutura; Conta financeira do Balanço de Pagamentos Brasileiro.</p> <p>Política macroeconômica e seus impactos sobre o padrão de desenvolvimento brasileiro</p> <p>Política Fiscal e Tributária: a contra-face do regime de crescimento</p>

Eixo temáticos	Temas de interesse prioritário
<p>3. Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia</p>	<p>Capacidades estatais e relações Estado-sociedade: Autonomia e capacidade do Estado para formular e implementar suas políticas, tendo em vista a consecução de metas coletivas; Parceria/sinergia entre os atores do Estado, da sociedade e do mercado nos processos de políticas públicas para o desenvolvimento nacional.</p> <p>Sistema político: Governabilidade, representação de interesses e processamento de conflitos numa ordem democrática e plural, especialmente no que concerne aos temas da democracia representativa e o papel dos seus atores políticos (partidos); Coordenação e cooperação federativa para implementação de políticas públicas nacionais.</p> <p>Justiça e cidadania: Acesso à Justiça, segurança pública e garantia dos direitos de cidadania, notadamente dos direitos civis e políticos assegurados na Constituição Federal de 1988. Direito e desenvolvimento</p>
<p>4. Estruturas tecnológica e produtiva avançadas e regionalmente articuladas</p>	<p>Avaliação da mudança estrutural ocorrida na economia brasileira e comparação com o padrão setorial vigente em países de maior dinamismo econômico.</p> <p>Economia agrícola: Dinamização do setor sucroalcooleiro, encadeamentos intersetoriais entre agropecuária e indústria, inserção internacional da agricultura brasileira, papel do setor de defensivos agrícolas e comercialização de mercadorias agrícolas.</p> <p>Economia industrial: política industrial, grandes grupos econômicos brasileiros, propriedade intelectual, inserção internacional da indústria brasileira e setores componentes da indústria de transformação.</p> <p>Economia de serviços: papel estrutural do terciário, estruturação do mercado de trabalho, segurança cibernética, economia criativa e inclusão digital, bem como a diversa gama de atividades ligada ao terciário.</p> <p>Economia da regulação: regulação ambiental, desenho de instituições e litigância predatória.</p> <p>Dimensão territorial dos setores econômicos: O impacto das políticas setoriais no território e a articulação regional de seus fragmentos/lugares.</p>
<p>5. Infra-estrutura econômica, social e urbana</p>	<p>Urbanismo e urbanização brasileira: o espaço urbano como de lutas por direitos fundamentais ainda não assegurados para a maioria no Brasil. Limites e possibilidades das políticas públicas e instrumentos urbanos para a transformação dessa realidade. Principais conflitos e agentes sociais envolvidos e seus papéis na superação dessas condições e busca do desenvolvimento para todos.</p> <p>Análise do papel estrutural que a infraestrutura econômica desempenha para o pleno desenvolvimento produtivo brasileiro, compreendendo questões como a da infraestrutura de transportes, da energia e relacionados ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.</p>

Eixo temáticos	Temas de interesse prioritário
<p>6. Proteção social, direitos e geração de oportunidades</p>	<p>Proteção, promoção e seguridade social: política social, sistema de proteção e promoção social brasileiro e no mundo, e/ou da seguridade social. Principalmente, sistemas e esquemas de distribuição/redistribuição de renda e de bens e serviços.</p> <p>Políticas sociais setoriais e transversais: aspectos importantes (agenda, abrangência, gestão, financiamento, resultados) de cada política setorial e transversal da área social (Saúde, Previdência, Assistência Social, Educação, Trabalho e Renda, Desenvolvimento Rural, Cultura, Saneamento Básico, Habitação e Urbanismo, Igualdade de Gênero, Igualdade Racial, Crianças e Adolescentes, Juventude, Idosos, Pessoas com Deficiência).</p> <p>Políticas sociais e economia: relações entre as políticas sociais e a economia.</p>
<p>7. Sustentabilidade ambiental</p>	<p>Inserção do Brasil na Rio +20 e encontros referentes à sustentabilidade e limites à soberania do país.</p> <p>Discussões atuais sobre sustentabilidade ambiental no Brasil e seus impactos no desenvolvimento e nas estratégias globais</p>

**ANEXO III: MODELO DE JUSTIFICATIVA PELO INTERESSE PELOS TEMAS
PRIORITÁRIOS**



**INDICAÇÃO DO TEMA PRIORITÁRIO EM QUE
A PROPOSTA ESTÁ INSERIDA**

1. Nome do Evento:

2. Enquadramento do evento aos eixos temáticos de pesquisa do IPEA (é possível marcar mais de um eixo):

- Inserção internacional soberana
- Macroeconomia para o desenvolvimento
- Fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia
- Estrutura produtivo-tecnológica avançada e regionalmente articulada
- Infra-Estrutura Econômica, Social e Urbana
- Proteção social e geração de oportunidades
- Sustentabilidade ambiental

3. Manifestação de interesse por um dos Temas Prioritários

5.1 Inserção internacional soberana

- BRICS e seu entorno
- Regulação do comércio global
- Estrutura socioeconômica e políticas para a integração da América do Sul
- Múltiplas dimensões do padrão de desenvolvimento chinês
- Arquitetura financeira internacional
- Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
- Crise internacional e seus desdobramentos estruturais
- O Papel da Defesa na Inserção Internacional Brasileira

Justificativa:

5.2 Macroeconomia para o desenvolvimento

- Mudanças recentes no regime de crescimento econômico brasileiro:
- Financiamento do Desenvolvimento
- Política macroeconômica
- Política Fiscal e Tributária

Justificativa:

5.3 Fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia

- () Capacidades estatais e relações Estado-sociedade
- () Sistema político
- () Coordenação e cooperação federativa
- () Justiça e cidadania

Justificativa:

5.4 Estrutura produtivo-tecnológica avançada e regionalmente articulada

- () Avaliação da mudança estrutural ocorrida na economia brasileira
- () Economia agrícola
- () Economia industrial
- () Economia de serviços
- () Economia da regulação
- () Dimensão territorial dos setores econômicos

Justificativa:

5.5 Infra-estrutura econômica, social e urbana

- () Urbanismo e urbanização brasileira
- () Análise do papel estrutural

Justificativa:

5.6 Proteção social e geração de oportunidades

- () Proteção, promoção e seguridade social
- () Políticas sociais setoriais e transversais
- () Políticas sociais e economia

Justificativa:

5.7 Sustentabilidade ambiental

- () Inserção do Brasil na Rio +20
- () Discussões atuais sobre sustentabilidade ambiental no Brasil

Justificativa:

ANEXO IV: EMENTAS DOS EIXOS TEMÁTICOS

1. Inserção Internacional Soberana

Uma Nação, para entrar em rota sustentada de desenvolvimento, deve necessariamente dispor de autonomia elevada para decidir acerca de suas políticas internas e também daquelas que envolvem o relacionamento com outros países e povos do mundo. Para tanto, deve buscar independência e mobilidade econômica, financeira, política e cultural; ser capaz de fazer e refazer trajetórias, visando reverter processos antigos de inserção subordinada e desenhar sua própria história.

2. Macroeconomia para o Desenvolvimento

O movimento das forças de mercado, por si só, não é capaz de levar economias capitalistas a uma situação que congregue o crescimento e a geração de emprego de um país, conjuntamente com a distribuição de renda e atenuação das disparidades regionais. Estes são objetivos coletivos e o caminho para os mesmos só é possível por um manejo de políticas públicas que articulem virtuosamente os diversos atores sociais em torno de um projeto de desenvolvimento nacional sustentável e incluyente.

3. Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia

Não existe experiência exitosa de desenvolvimento que tenha prescindido do Estado como ator estratégico nos processos nacionais de construção econômica, social e política. Paralelamente, por mais que as economias e alguns processos sociopolíticos estejam internacionalizados, importantes dimensões da vida social permanecem sob a custódia das políticas nacionais, afiançando a ideia de que o Estado-Nação é ainda a principal referência no que se refere à regulação das diversas dinâmicas que se desenrolam em seu espaço territorial. Sendo assim, é imprescindível realizar estudos e pesquisas sobre a estrutura, organização e funcionamento do Estado brasileiro, bem como refletir sobre os arranjos institucionais adequados para conjugar Estado, mercado e sociedade em torno de um modelo de desenvolvimento incluyente, soberano e sustentável, que seja a meta da Nação brasileira e o objetivo maior das políticas públicas.

4. Estruturas Tecnológica e Produtiva Avançadas e Regionalmente Articuladas

O entendimento de que o desenvolvimento de um país soberano não pode prescindir de uma estrutura produtivo-tecnológica avançada, traz como imperativo a valorização da pesquisa e desenvolvimento em C&T como elemento indispensável do desenvolvimento nacional. Por outro lado, a compreensão de que essa estratégia e estrutura a ser implementada deve ser regionalmente articulada faz com que temáticas ligadas à territorialização e regionalização do desenvolvimento adquiram centralidade na agenda pública. Por isso, esta dimensão do desenvolvimento abrange temas de organização produtiva e economia regional. Inclui ainda aspectos referentes à estrutura produtiva e à política de C&T, P&D, inovação e competitividade, como condicionantes de uma estratégia de desenvolvimento que reduza as desigualdades existentes no país.

5. Infra-Estrutura Econômica, Social e Urbana

O desenvolvimento de um país soberano não pode prescindir de uma política econômica que tenha como elemento fundamental uma estratégia de mudança estrutural. Por outro lado, a compreensão de que essa estratégia e estrutura a ser implementada deve ser regionalmente articulada faz com que temáticas ligadas à territorialização e regionalização do desenvolvimento adquiram centralidade na agenda pública. Por isso, esta dimensão do desenvolvimento abrange temas de organização industrial e economia regional.

6. Proteção Social, Direitos e Geração de Oportunidades

Os sistemas de proteção social e promoção de igualdades de oportunidades e resultados são compostos por complexos esquemas de garantias de renda, de oferta de bens e serviços e de regulação, com a finalidade de atender necessidades, contingências e direitos sociais. Para tal finalidade, são historicamente constituídas estruturas institucionais que empregam significativa parcela de pessoas e utilizam expressiva parcela do PIB em políticas setoriais e transversais que se manifestam objetivamente em ações e programas públicos mantidos e geridos pelo Estado. Desta forma, uma intrincada rede de tributos, transferências de renda, produção, provisão e regulação de bens e serviços manipulam recursos públicos que são distribuídos e redistribuídos em múltiplos sentidos: entre ricos e pobres, entre jovens e idosos, entre famílias com e sem crianças, entre saudáveis e doentes. Tudo isso acaba por afetar não apenas a situação social dos indivíduos, famílias e grupos sociais, mas também a economia e o próprio patamar de democracia alcançado. Assim, ações neste eixo são indispensáveis a um projeto de desenvolvimento.

7. Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade ambiental é aqui afirmada como dimensão transversal inseparável das demais. Biomas de alta relevância devem ser alvo de proteção e de iniciativas estratégicas. O acesso à água potável e a condições sanitárias adequadas são ativos fundamentais na concepção de desenvolvimento que já se faz imperativa entre os povos do mundo. A conservação das bacias hidrográficas, portanto, deve ser compatibilizada com as atividades econômicas em geral e com os processos em curso de urbanização no mundo. A gestão da biodiversidade e da biotecnologia brasileira se converte igualmente em ativo econômico e político à inserção internacional soberana do país. Por fim, as mudanças climáticas e o fenômeno do aquecimento global devem receber atenção especial e tratamento prospectivo para que se conheçam seus alcances sobre os biomas e a própria humanidade, e para que se formulem políticas preventivas em tempo hábil.